



COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS (CEG)			Nº de ARQUIVO		folha nº 01	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421			Estado do Imóvel			
A.R.: VI	Bairro: Leblon		Caracterização		Conservação	
Proprietário: Diversos			<input type="checkbox"/> caracterizado	<input type="checkbox"/> descaracterizado	<input type="checkbox"/> excelente	<input type="checkbox"/> regular
Uso	Original: Companhia Distribuidora de Gás		<input type="checkbox"/> ruínas	<input type="checkbox"/> bom	<input type="checkbox"/> ruim	
	Atual: residencial					
Data de construção: 1956						
Autor do Projeto: ----						
Tipologia: Edificação térrea			Pesquisa	Histórica: Sonia Zylberberg		Data: agosto/01
				Arquitetura: Angélica Galetti		Data: agosto/01
Proteção	Existente: tombado	Decreto: 20300/01	Texto	Histórico: Sonia Zylberberg		Data: agosto/01
	Processo: não há	Data: 27.07.2001		Arquitetura: Angélica Galetti		Data: agosto/01
	Proposta: tombamento		Fotos	Angélica Galetti		
	Processo: não há	Data: ----		Nº filme/CD		Data: Agosto.2001
Conferido por: Eliana Caetano						Atualizada em

SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA

A rua onde está situado o imóvel é um logradouro secundário perpendicular à avenida Ataulfo de Paiva, via de intenso fluxo de veículos. O entorno da construção exhibe edificações de elevado gabarito com o predomínio do uso residencial, em área mista. A arborização é composta por árvores de grande porte, havendo o predomínio das amendoeiras. Ao longo das calçadas, próximos aos meio-fios, estão dispostos canteiros retangulares, que contribuem para impedir o estacionamento irregular.

DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Trata-se de uma construção térrea, onde estão evidentes traços do estilo neocolonial. Estes estão presentes nos vãos de grandes dimensões de portas e janelas, com molduras em cantaria e no aspecto robusto do conjunto construído.



Na construção há o predomínio da horizontalidade



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

O acesso principal é feito por um vão em arco pleno localizado no eixo de simetria do imóvel, guarnecido em vidro com serralharia, circundado por molduras em cantaria. Acima um frontão em formas curvas é ladeado por elementos de forma esférica, que se repetem nas extremidades da construção. Os vãos de janelas na fachada principal estão equidistantes do eixo de simetria e obedecem a um ritmo e modulação constantes.



Um beiral se desenvolve ao longo de toda a construção, sendo revestido em madeira, estando também presentes mãos francesas dispostas segundo intervalos regulares. Do logradouro podem ser vistas telhas do tipo colonial.



Acesso principal do antigo prédio da Companhia Distribuidora de Gás



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

LEBLON

Primórdios

“Do Corcovado, de onde emanam as vertentes, segue-se pelas Paineiras, Morro da Caixa d’Água, Lagoinha, Pedra do Andarahy, Morro da Tijuca, Pedra da Boa Vista, Boa Vista, Morro dos Dois Irmãos, Sítio do Céu, Fortaleza do Vidigal...”

Assim demarcada, em 1844, a fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas ficava em terras primitivamente pertencentes a Diogo de Amorim Soares, primeiro donatário nesta área onde estabelecerá um engenho de açúcar denominado de Nossa Senhora da Conceição.

Segundo Brasil Gerson, este engenho já existiria anteriormente, com o nome de Engenho d’El Rei e teria sido aí instalado pelo Governador Antonio Salema, após a expulsão dos franceses em 1575. Mais tarde, já no século 17 ampliadas estas terras por seus herdeiros a fazenda abarcaria “1.700 braças de testada e 4.500.000 de área incluindo a lagoa”.

No século 18 vamos encontrar como proprietário Rodrigo de Freitas de Mello e Castro que daria mais tarde o nome à Lagoa, anteriormente se chamara de Sacopenapã, do Engenho da Conceição e de São João.

Àquele acrescentaria outro engenho e terras “... desde a Piaçava e a hoje Rua Marquês de São Vicente até o mar, entre a Igrejinha de Copacabana e a hoje Avenida Niemeyer”.

Esta propriedade seria desapropriada pelo Governo, tendo sido incorporada à Real Fazenda em 1810 como Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, com o objetivo de aí ser edificada a Fábrica de Pólvora, Fundição, Formação e Perfuração de peças de artilharia.

Consta, segundo avaliações feitas para fins de indenização, a existência aí de “... 54 chácaras, 21 escravos, uma capela e no centro das chácaras, o engenho de açúcar com todos os seus pertences, casas de Fábrica, terras e matos reservados para o Engenho”.

Por esta época, a área que atualmente corresponde ao Leblon era um extenso areal, havendo junto aos morros algumas chácaras às quais chegava-se por caminhos que saíam da estrada propriamente dita que seria parte da Avenida Bartolomeu Mitre, antiga rua do Sapê e a rua Dias Ferreira, anteriormente do Pau.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Além destas ruas e a travessa do Pau (Conde Bernadotte), existia ainda o caminho da Barra "... uma trilha no areal, que ia da Praia do Pinto até ao mar, junto à Pedra do Baiano".

A área arenosa situada entre a Dias Ferreira e o mar era dividida em lotes de diferentes tamanhos. Um deles, apresentando uma grande área e situado entre o canal da Avenida Visconde de Albuquerque, Avenida Ataulfo de Paiva, rua General Urquiza e o mar, era o Campo do Leblon em que ficava a chácara Charles Leblon e que daria seu nome ao futuro bairro elegante junto à Lagoa.

Até meados do século 19, entretanto, esta área não era conhecida ainda como Leblon, constituindo-se em apenas um prolongamento da Gávea, situação que perduraria até o começo do século 20.

Aproximadamente 100 chácaras, desmembradas da antiga Fazenda Nacional da Lagoa, constituiriam o atual bairro do Leblon. A rua do Sapê, a Travessa do Pau, o Largo da Memória e o Caminho da Barra, eram, segundo Brasil Gerson, os únicos logradouros ali existentes.

O chamado campo do Leblon, onde terminava a rua do Sapê, fazia fronteira do outro lado da Atual Avenida Visconde de Albuquerque com três chácaras conhecidas como do Céu, do Seixas e do Guimarães, todas elas posteriormente loteadas dariam origem a diversas ruas do bairro e formas de ocupação diferenciadas.

Consta que na chácara do Seixas, propriedade de um rico negociante português, eram escondidos escravos a quem tinha sido propiciada a fuga por iniciativa de defensores da abolição, e que por esse motivo ficou conhecida como o "quilombo do Leblon", e onde se reuniam abolicionistas. A atuação do grupo se inseria na fase final do movimento pela abolição nas últimas décadas do regime monárquico, a exemplo do que ocorria em outros locais do Rio e em outras cidades.

Tentativas empresariais para a urbanização da área no século 19 não tiveram êxito. Assim é que o Comendador Moreira Filho, cujos empreendimentos imobiliários seriam mais tarde de grande importância para a urbanização de Copacabana e Ipanema, não teria concretizado seu plano de abertura da que seria a primeira rua projetada no Leblon, ao contrário das que então existiam e que não passavam de pequenas vias de acesso para as chácaras. Esta rua faria ligação entre a Praia do Pinto e a Barra da Lagoa.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Também fracassaria o projeto da Companhia Cidade da Gávea de construção de balneário na praia da Restinga aonde se chegaria por uma rua que partiria da do Sapê e cujo traçado corresponderia ao da atual Av. Bartolomeu Mitre.

A área do Leblon era descrita, no final do século 19, como uma “região paupérrima, só habitada por poucos e pequenos cultivadores e pescadores...” pelos técnicos da Cia. Ferro Carril Jardim Botânico” – por onde passaria, conforme pedido de concessão da empresa para a construção de uma linha de estrada de ferro a vapor que, partindo do cemitério de São João Batista, levaria a um ponto da freguesia de Jacarepaguá onde se estabeleceria um cemitério. Esta imagem permaneceria quase inalterada até, pelo menos, a década de 1920, quando foi elaborada uma planta com os dados do censo daquele ano.

O século 20

O saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, a construção de melhores vias de penetração como as avenidas Epitácio Pessoa e Delfim Moreira, e a abertura de túneis pela Cia. Ferro Carril do Jardim Botânico foram responsáveis pela incorporação de novos espaços ao longo da orla marítima da Zona Sul à malha urbana, a partir dos primeiros anos do século 20. A ação do poder público e de grupos ligados à construção civil e à prestação de serviços como transportes, abastecimento de água e luz transformou areais e áreas de Mata Atlântica em bairros como Copacabana, Ipanema e Leblon, em períodos e conjunturas diferentes.

Além disso, os atrativos oferecidos pelas praias oceânicas levaram “ricos, estrangeiros e turistas” para os novos bairros. Na análise do urbanista francês Alfred Agache, que veio ao Rio de Janeiro, a convite da administração Prado Junior (1926-1930), para elaborar o Plano de Remodelação e Embelezamento da Cidade, estes são definidos como bairros de residência burguesa e abastada.

Nas primeiras décadas do século 20, o Leblon ainda era pouco mais do que um apêndice da Gávea. O bairro era o extremo sul, cercado pelo Atlântico, pela Lagoa, e por dois grandes canais.

O Leblon esperou até 1901 para ter o seu processo de loteamento e urbanização deflagrado pela família Ludolf, entre outros. Os Ludolf eram proprietários de grande parte dos terrenos, e participavam da Companhia Industrial da Gávea, cujos proprietários eram os engenheiros José Ludolf, Adolfo Del Vecchio e Miguel Braga.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

A área arenosa, situada entre a rua Dias Ferreira e o mar, foi dividida em lotes de tamanhos diferentes. Grande impulso para o empreendimento foi a autorização dada, em 1914, pelo poder público à Companhia Jardim Botânico para estender suas linhas de bondes da Gávea e de Ipanema até o Leblon.

A empresa abriu diversos logradouros no Leblon, próximos à praia, incluindo as principais avenidas: Ataulfo de Paiva, Del Vecchio (depois Campos de Carvalho e atual General San Martin) e Afrânio de Melo Franco e as ruas Jerônimo Monteiro, Rita Ludolf, Aristides Espínola, Antônio dos Santos (atual Rainha Guilhermina), Miguel Braga (atual General Artigas), Azevedo Lima (atual General Venâncio Flores), General Urquiza, a Conde de Avelar (que com um trecho da Dias Ferreira, antiga do Sapê, formaria a atual Bartolomeu Mitre), Domingos Moitinho (atual João Lira), Comandante Batista das Neves (atual José Linhares), Francisco Ludolf (atual Cupertino Durão), Francisco Santos (atual Carlos Góis), D. Pedrito (atual Almirante Guilhem) e a José Ludolf (atual Humberto de Campos).

Em 1916, o Comendador Conrado Jacob Niemeyer, proprietário de grandes extensões de terra na área do futuro bairro de São Conrado e entorno, deu continuidade ao projeto de abertura de uma avenida, na encosta da Pedra Dois Irmãos, onde a rocha mergulha no mar. O primeiro trecho, de 800 metros, já tinha sido construído pela Cia. Viação Férrea Sapucaí, em 1891, e fazia parte do projeto de uma estrada de ferro que ligaria Botafogo ao porto de Angra dos Reis. Em 1912, o diretor do Ginásio Anglo-Brasileiro existente na área, Charles Weeksteede Armstrong, prolongou mais 400 metros, para melhorar o acesso ao estabelecimento. Finalmente, em 1916, a Companhia de Melhoramentos do Rio de Janeiro reinicia os trabalhos e, em 1919, foi concluída, recebendo o nome de avenida Niemeyer. Ela foi doada por Niemeyer à prefeitura no dia 20 de outubro de 1916, data da celebração do primeiro Congresso de Estradas de Rodagem.

O governo Paulo de Frontin (janeiro a julho de 1919) fez da inauguração da avenida Niemeyer uma das suas grandes realizações. Em 1920, por ocasião da visita do rei Alberto da Bélgica, a prefeitura alargou-a, aumentando o raio de suas curvaturas e procedeu à macadamização da mesma.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Construiu-se, então, a avenida Delfim Moreira como continuação da Avenida Vieira Souto até o princípio da avenida Niemeyer. O nome do novo logradouro homenageava o político mineiro que assumiu a Presidência da República provisoriamente, em 1918, por ocasião da morte de Rodrigues Alves, no exercício de seu segundo mandato.

Ainda um grande areal, o Leblon passou assim a contar com uma moderna avenida, pavimentada e iluminada. A Zona Sul se expandia na direção da Barra da Tijuca, num processo marcado pela transformação da paisagem, até então dominada pela Mata Atlântica, por núcleos que deram origem aos bairros da Rocinha, São Conrado, Joatinga.

Na administração Carlos Sampaio (1920-1922), como parte das obras de saneamento e embelezamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, iniciou-se a construção do canal da rua Visconde de Albuquerque e a urbanização do canal de ligação da Lagoa com o mar, denominado, na época, Canal da Barra (hoje Jardim de Alah). Ligado às obras do primeiro canal, fez-se o arruamento desde o canal até a rua Dias Ferreira e Delfim Moreira e suas transversais. O prefeito Alaor Prata (1922-1926) deu continuidade às obras do canal da Avenida Visconde de Albuquerque, com extensão do plano de arruamento e urbanização do Leblon, construindo a Praça Atahualpa, no início da Dias Ferreira. Tais iniciativas aliavam-se à divulgação, pelas empresas loteadoras e construtoras, da importância de banhos de mar para a saúde, e aos atrativos oferecidos pelas praias oceânicas levaram ricos, estrangeiros e turistas para Copacabana, Ipanema e Leblon. Alfred Agache, urbanista francês que veio ao Rio a convite da administração Prado Júnior (1926-1930), em seu Plano de Remodelação e Embelezamento da Cidade classificava esses bairros como de residência burguesa e abastada.

Na década de 1930, aproveitando-se da ainda incipiente ocupação da região do Leblon, a avenida Niemeyer passou a fazer parte do Circuito de Corridas da Gávea. Este tinha como ponto de largada a avenida Marquês de São Vicente (na altura do número 354), daí os competidores desciam a Visconde de Albuquerque, entravam na avenida Niemeyer, retornando pela estrada da Gávea até a Marquês de São Vicente. A primeira competição que nele ocorreu, o I Grande Prêmio da Cidade do Rio de Janeiro, foi disputada no dia 8 de outubro de 1933.

A crescente popularidade do circuito e do automobilismo na cidade atraiu números crescentes de participantes, inclusive estrangeiros, e contava com numerosa assistência, até 1954, quando se realizou a última competição do circuito.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	Nº de ARQUIVO:
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Leblon, Obra da Niemeyer
9julho1920

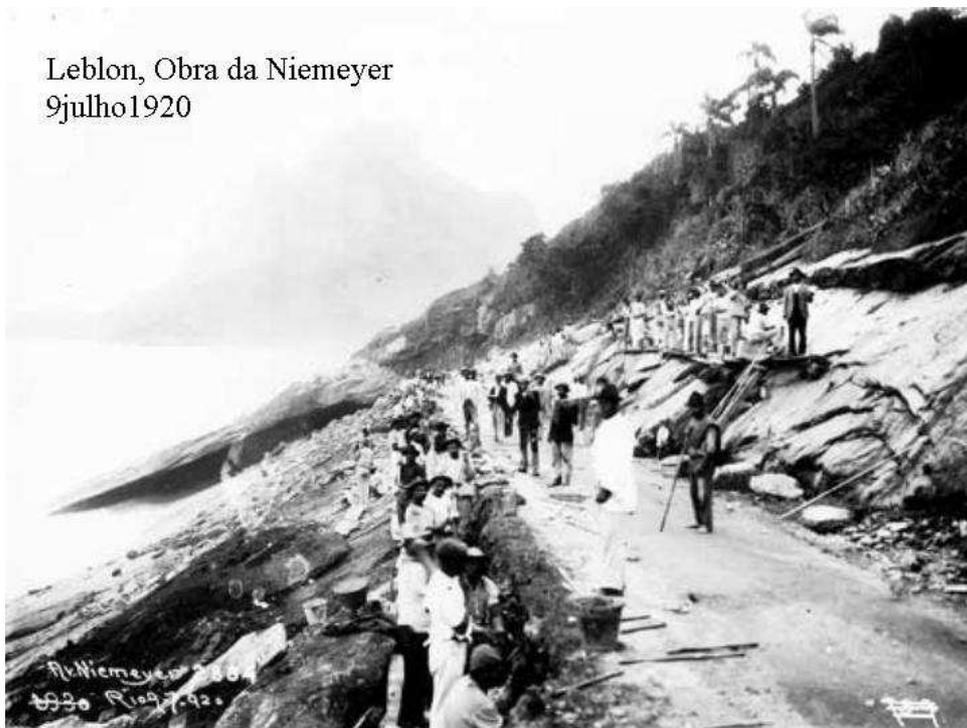


Foto de 1929, s/a, parece indicar detalhes de um loteamento.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

A gestão do prefeito Pedro Ernesto (1931-1936) atuou maciçamente no Leblon, fazendo a urbanização da área delimitada pelas ruas Aristides Guilhem, Carlos Góis, Cupertino Durão, José Linhares, João Lira, avenida Bartolomeu Mitre, Avenida Delfim Moreira, Campos de Carvalho (atual General San Martin), avenida Ataulfo de Paiva, rua Humberto de Campos e rua Adalberto Ferreira. Em 1932, a Revista Beira Mar referia-se ao bairro do Leblon, onde as construções "... brotam como flores modernas e valiosas...", como local de clubes de alta sociedade como o Caiçaras, o Helênico e o Leblon Club, mas, apesar disso, apresentando problemas. Queixava-se da ausência de serviços da Prefeitura, com ruas sem calçamento e sem luz, serviço precário de esgotos, mal servido de bondes e cuja areia da praia... "é um capinzal, toda coberta de detritos".

Nesta administração, seriam feitos estudos visando, além do embelezamento, a melhoria da higiene e da comunicação entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, projetando-se um corte no Cantagalo para a abertura de uma avenida de ligação entre Copacabana e Leblon.

Nela se inclui ainda o loteamento e alinhamento das quadras compreendidas entre as avenidas Delfim Moreira, Afrânio de Melo Franco, avenida Ataulfo de Paiva e avenida Borges de Medeiros, de propriedade da Prefeitura (PA 2665 de 3/11/1936), no centro das quais se encontra a praça Almirante Belfort Vieira, no cruzamento da atual avenida General San Martin com a rua Almirante Pereira Guimaraes.

Leblon, 18agosto1934



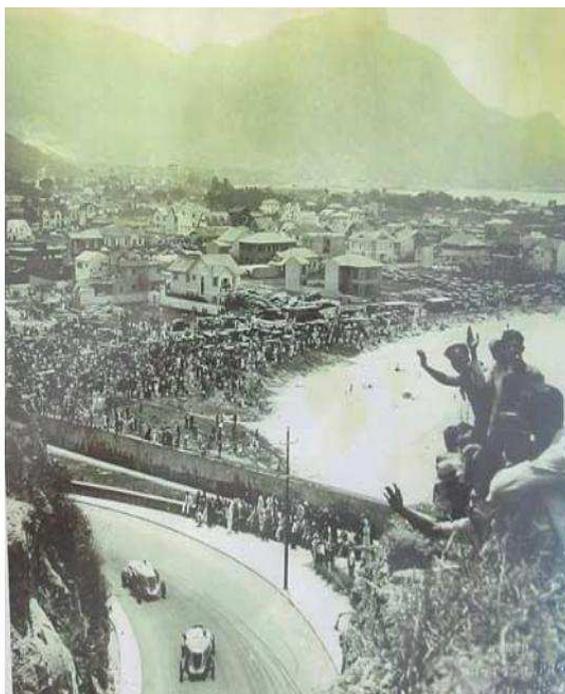
Foto de 1934, s/a, mostra primórdios da urbanização do bairro.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Durante o Estado Novo, o prefeito e interventor Henrique Toledo Dodsworth (1937-1945) reurbanizou a área do Jardim de Alah, fazendo uma praça e reforçando as pontes das avenidas Delfim Moreira e Ataulfo de Paiva, sobre o canal.

Leblon
Circuito da Gávea
1933



Ao fundo, o bairro já bastante ocupado.

Em 1934, constituiu-se a Companhia de Terrenos Leblon Ltda, da família Gomes de Mattos, responsável pelo loteamento do Alto Leblon, formado pelas quadras localizadas entre as avenidas Ataulfo de Paiva e Humberto de Campos e entre a Av. Visconde de Albuquerque e a rua Rainha Guilhermina, junto à encosta do morro Dois Irmãos. Ali havia um conglomerado urbano formado pelas favelas da Chácara do Céu, Niemeyer e Colonial, que foi transladado para um sítio próximo à lagoa e ao campo do Clube de Regatas do Flamengo (inaugurado em 1939), originando a favela da Praia do Pinto.

O Leblon era considerado por alguns, a exemplo da revista Rio Ilustrado, um bairro “salubre, com intenso movimento social, esportivo e comercial (...) poderoso rival de Copacabana”, que possibilitaria ao carioca veranejar em suas próprias praias. A mesma revista diria a respeito da Cia. Leblon que estaria proporcionando ao habitante do Rio “ocasião de se preparar para que o futuro lhe dê alegrias, conforto, doçuras de viver! O terreno vale ouro, a casa então será felicidade”.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Em 1941, a revista da Semana afirmava que Leblon, Ipanema e Copacabana “(...) vem se transformando vertiginosamente em modernas cidades, com vida própria, em metrópoles independentes (...)”.

No governo Negrão de Lima (1956-1958), começa a urbanização da favela da Praia do Pinto, então a maior favela horizontal da cidade, que se limitava ao norte pelo Parque Proletário da Gávea (outra favela nas imediações da Praça Santos Dummont, resultante do malogrado plano estadonovista para acabar com as favelas do Rio), ao sul pela rua Afrânio de Melo Franco, a leste pela rua Humberto de Campos e a oeste pela lagoa Rodrigo de Freitas, aumentando a atratividade da área.

Parece que a favela da Praia do Pinto formou-se, ou cresceu, com a instalação aí de moradores da favela da Chácara do Céu, removida da encosta do morro Dois Irmãos (no final da praia do Leblon), e que “ressurgiria” anos mais tarde no local primitivo. A área em que ela se localizava constituía um areal conhecido por praia do Zé do Pinto, do qual herdou o nome, e pertencia ao extenso terreno resultante de aterros realizados, após 1930, nas margens da lagoa.

A favela chegou a concentrar 20 mil habitantes e foi removida em etapas, ao sabor das diferentes políticas públicas voltadas para a “solução” do problema habitacional de segmentos de baixa renda, notadamente em áreas valorizadas da Zona Sul, e que na década de 1960 priorizariam a remoção de milhares de pessoas para bairros da periferia distante da cidade.





Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Foto panorâmica do Jardim de Alah, s/a, final da década de 1950. Mostra a Cruzada São Sebastião, o Conjunto dos Jornalistas (o último bloco ainda estava em construção) e as favelas erradicadas (Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Pedra do Baiano). O circo estava armado na esquina da Avenida Afrânio de Melo Franco, onde hoje está o prédio nº 80 da Avenida Ataulfo de Paiva.

Na década anterior, a Arquidiocese do Rio de Janeiro fundara a Cruzada São Sebastião que mobilizou recursos para uma ação mais incisiva de urbanização das favelas. Entre seus projetos se incluiu a construção da Cruzada na Praia do Pinto – primeira e única experiência de alojamento de populações removidas nas proximidades da própria favela. Data desta fase a remoção de um primeiro trecho desta favela, em 1956, que deixou livre o espaço que a prefeitura cederia em comodato aos clubes Monte Líbano, Paissandu e a AABB Lagoa para a construção de suas novas sedes. Moradores da área removida da favela e de outros pontos da Zona Sul adquiriram os apartamentos dos 10 blocos, participando de ações voltadas à sua adaptação às novas moradias e à sua catequese.

A administração Carlos Lacerda (1960-1965) lançou o programa de remoção visando eliminar as favelas e transferir suas populações para outros lugares. Data dela a destruição do restante da favela (juntamente com a da Catacumba), sendo seus cerca de 5000 habitantes transferidos para conjuntos habitacionais no subúrbio ou na Zona Oeste carioca, após a destruição de suas casa por um incêndio considerado criminoso por muitos, em 1969, durante o mandato do governador Negrão Lima (1965-1971). Parte da área “desocupada” deu lugar a um conjunto de edificações conhecido como Selva de Pedra destinada à classe média.

Este segmento social começara a se instalar na área em estudo a partir da década de 1930, o que levaria a uma ocupação horizontal efetiva e a um processo acelerado, trinta anos mais tarde, de substituição das residências por prédios de apartamentos. Porém, até cerca de 1940, os edifícios de apartamentos ainda eram pouco numerosos no Leblon, em que predominavam bangalôs e casas ajardinadas.

Pouco depois, o bairro sofreria um processo de verticalização que resultou na eliminação de parte considerável de suas belezas naturais e na queda na qualidade de vida.

Na década de 1980, diferentes órgãos governamentais começam a adotar medidas visando a preservação de aspectos arquitetônicos e naturais do bairro ameaçados, a exemplo do que se dava em todos os bairros da orla sul da cidade, por uma especulação imobiliária desenfreada.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Preservação e revitalização

O ritmo acelerado do adensamento populacional do Leblon na década de 1970, período áureo da especulação imobiliária aí, resultou na demolição das últimas casas existentes. Pressões de diferentes segmentos resultaram na criação, por órgãos das diferentes esferas da administração, de legislação voltada à preservação de algumas características, notadamente as arquitetônicas, remanescentes dos diferentes períodos de formação do bairro. Os vários segmentos envolvidos em movimentos pela preservação, organizados em associações, demonstravam, via de regra, apreensão com as profundas transformações que aquele quadro produzia na antiga qualidade de vida que gozavam, num processo semelhante ao vivido por outros bairros da orla da Zona Sul em décadas anteriores. O modelo de urbanização inaugurado por Pereira Passos, na primeira década do século 20, e seguido por quase todos que o sucederam no Executivo do Rio de Janeiro, em momentos marcados por conjunturas específicas, mostrava seus “efeitos colaterais”, a exemplo do processo de tipo de desenvolvimento que ocorreu em metrópoles dos países do chamado terceiro mundo. Dentre estes efeitos destacou-se a intervenção predatória no ambiente natural, já percebida, naquela época, com a construção da avenida Beira-Mar, que iniciou o processo de modificação do contorno da orla da Zona Sul por aterros que destruíram várias praias, afetando residentes destas áreas.

No bairro objeto deste texto, a luta pela preservação do morro Dois Irmãos e do Hotel Leblon podem ser consideradas emblemáticas da reação de diferentes grupos de interesse diante destes efeitos, e, conseqüentemente, na própria conformação do bairro. Com diferentes graus de organização e de poder, estavam presentes nas discussões em torno da ocupação deste trecho nobre do Leblon construtores, associações de moradores de áreas nobres e da favela, freqüentadores ilustres do bairro, arquitetos, urbanistas e paisagistas de renome, órgãos públicos e políticos. Observe-se que a alta classe média residente no Alto Leblon convivia com um aglomerado de barracos, talvez remanescente ou retornado das favelas removidas daí anos antes.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

O Hotel Leblon

Interessante notar que a questão da preservação ambiental parece ter sido percebida pelo órgão da administração pública, ainda na década de 1920, ao vetar o projeto de construção do Hotel Leblon, no início da Avenida Niemeyer, “para preservar a livre a visão do Morro Dois Irmãos”. Apesar disso, o hotel, projetado pelo arquiteto Antonio Januzzi, em 1922, e idealizado para funcionar também como cassino de luxo, acabou sendo construído pelo empresário espanhol João Otero Seoane, em terreno comprado a Jacob Niemeyer.

Inaugurado em 1926, foi ponto de encontro da alta sociedade por pouco tempo, transformando-se em hotel de encontros “fortuitos”. Nos anos seguintes, teve outros proprietários e outros usos, mas foi como hotel de encontros que ele se integrou ao imaginário do carioca, como registrou o jornalista, cronista e compositor Antônio Maria, freqüentador assíduo do bairro. Na crônica Roteiro Leblon, o famoso boêmio descreve os tempos áureos do hotel:

“ Se Caymi não fosse preguiçoso como uma procissão, ninguém melhor do que ele para escrever esta história. Ninguém sabe e sente tanto quanto ele o que acontece do posto de gasolina do Jardim de Alah à pedra onde o hotel está encravado – aquele hotel, hoje tão sem importância (morada de jôqueis e tratadores), que anos atrás era um palavrão. Hotel Leblon ! Ninguém podia dizer esse nome sem uma reação de pudicismo. Mulher deixava marido, se o visse pelas redondezas. E marido ficava tão tragado pela sensação do flagrante, que nem se lembrava de perguntar o que a mulher estava fazendo ali”.

Entre as décadas de 1950 e de 1970, o prédio pertenceu à empresa Motel Clube do Brasil, que nele instalou sua sede. Em 1982, foi arrematado em leilão pelo consórcio formado pelas construtoras Wrobel, Cowan e Terminal, visando construir no local um edifício residencial, ou mesmo um novo hotel. Para isso, as construtoras tentaram a alteração do registro do imóvel da Avenida Niemeyer para a Avenida Visconde Albuquerque, alegando um “lapso de nomenclatura” no terreno, que seria na realidade um prolongamento da Avenida Visconde de Albuquerque. Aí, eram permitidas construções de até 25 metros de altura (11 andares), enquanto que na Avenida Niemeyer o gabarito máximo era de dois andares. O prefeito Marcelo Alencar (1983-1985) chegou a concordar com o pedido de mudança de endereço do imóvel, solicitado pelas construtoras (dec. 4.394, de 27/12/1983), mas voltou atrás no dia seguinte revogando a sua decisão (dec. 4397, de 28/12/1983). Até a década de 1990, a construtora ainda não havia conseguido realizar o seu intento.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

A intenção do consórcio de demolir o prédio motivou a luta pelo tombamento do imóvel por parte da Associação de Moradores do Leblon e de outros interessados na preservação. Decreto do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), de 22/09/1994, tombou parte do Morro Dois Irmãos, e declarou o Hotel Leblon como bem preservado por se encontrar em área de entorno de bem tombado. Em 27/07/2001, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro decretou o tombamento provisório do imóvel, juntamente com outros no mesmo bairro, com o intuito de criar a Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) do Leblon.

A partir de 2000, os novos proprietários do imóvel a Empresa Terminal e o Banco Arbi iniciaram obras para a restauração da fachada do Hotel Leblon e construção de um novo imóvel no espaço atrás da fachada, compondo com esta um novo conjunto arquitetônico destinado a salas comerciais.

O morro Dois Irmãos

A luta pela preservação iniciou-se como reação ao projeto apresentado pelo empresário boliviano Antônio Sanchez Galdeano (residindo no Rio desde os anos de 1950), dono da Cap Ferrat Empreendimentos e Administração SA, para a construção de um hotel cinco estrelas com 600 apartamentos e de oito blocos residenciais de dez pavimentos (projeto do arquiteto Acácio Gil Borsoi), nos 141.215 m² de sua propriedade na encosta do morro Dois Irmãos. Terreno adquirido por ele, na década de 1960, juntamente com vários outros localizados em outros bairros da cidade, como Botafogo e Barra da Tijuca, onde também enfrentou forte oposição à construção de espigões.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a questão tornou-se assunto constante nos principais jornais. Através do material jornalístico pode-se verificar os mecanismos utilizados pelo empresário para alcançar seu objetivo, as posturas adotadas pelas autoridades dos órgãos públicos envolvidos, a oposição exercida por moradores organizados em associações, apoiados por intelectuais e especialistas em meio ambiente.

O projeto foi aprovado em algumas gestões, a começar pela do governador do antigo estado da Guanabara Chagas Freitas (1971-1975), que o apoiava desde a década de 1960, quando já existiam resistências a ele. Certamente, não foi coincidência, o tombamento do morro Dois Irmãos e da Pedra da Gávea pelo IPHAN, em 1973 (Inscrição nº 56 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico).



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Neste embate, o projeto sofreu modificações impostas por diferentes órgãos e pela legislação municipal e estadual que limitava o gabarito da área e a abertura de logradouros aí, igualmente criada na década de 1970. Observe-se que a atuação das diversas associações criadas por moradores de diferentes áreas do Leblon teve papel importante na criação desta legislação visando preservar a qualidade de vida aí.

Via de regra, Galdeano vencia quando apelava ao Supremo Tribunal de Justiça contra as restrições impostas pela legislação à execução de seu projeto.

O adensamento populacional do Leblon, reflexo e, ao mesmo tempo, indutor da especulação imobiliária foi muito significativo no período: a população do bairro saltou de 42 mil habitantes, em 1970, para cerca de 125 mil, em 1980. Em 1986, ela já somava 150 mil habitantes.

Nos anos de 1985 e 1986, enquanto o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) do Leblon proposto pela associação de moradores era estudado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, construtoras iniciaram uma corrida desenfreada que resultou na destruição de 40 casas da avenida Delfim Moreira.

Um ano depois, o Decreto nº 6.115, de 11 de setembro de 1986, instituiu o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) do Leblon que estabeleceu condições de uso e ocupação do solo, mas mostrou-se insuficiente para salvaguardar o bairro de ações que prejudicassem sua identidade e ambiência. Ele limitava as construções da área a 24 metros de altura (oito andares), mas, quando entrou em vigor, inúmeros processos para a construção de espigões haviam sido aprovados. Os moradores afirmavam que não fora levada em conta sua reivindicação de inclusão no PEU de medidas de proteção aos imóveis antigos.

Meses antes, uma comissão formada pelo prefeito Saturnino Braga (1986-1988), o paisagista Burle Marx, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, o presidente do IAB Adir Ben Kauss, o presidente da Embratur João Dória Jr., o paisagista Almir Gadelha, o arquiteto Sérgio Ferraz, o presidente da AMA Leblon Leonardo Sabóia, aprovou o projeto de construção dos imóveis de Galeano, com um único voto contrário, o de Ben Kauss, que pregava a necessidade de se consultar diretamente a população interessada (Burle Marx mudaria seu parecer logo depois).



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Ao longo da década de 1990, são tentadas barganhas entre a Prefeitura e Galdeano. O prefeito César Maia (1993-1996), por exemplo, tentou negociar com o empresário mudanças no projeto que atendessem às leis, em troca da execução por ele da duplicação de um trecho da avenida Niemeyer e da doação de uma parte de sua propriedade no local, a ser incorporada ao parque Dois Irmãos na encosta voltada para Leblon. Em 1994, o prefeito concedeu licença para a execução do projeto, levando em conta a ameaça de favelização daquelas encostas, argumento utilizado reiteradamente por Galdeano para defender seu projeto. A decisão se apoiava em pareceres favoráveis de conselheiros do IPHAN, dentre os quais Roberto Burle Marx e Lúcio Costa, citados acima..

Galdeano considerava-se protetor da área onde ficava sua propriedade, no morro Dois Irmãos, por evitar que ela se transformasse em mais uma favela.

Em entrevista escrita ao Jornal do Brasil, em março de 1986, às vésperas de mais uma das diversas decisões por órgãos públicos quanto ao seu projeto, Antônio Sanches Galdeano traçava sua antevisão do futuro de sua propriedade caso ele fosse vetado:

“ Quem transitar pela avenida Eptácio Pessoa, na Lagoa, e olhar na direção da Gávea, verá a Rocinha, que já domina a penedia Dois Irmãos pelo lado de São Conrado, virando o morro na direção do Leblon. No tempo, crescendo como pinças, Vidigal e Rocinha formarão, se a área não for racionalmente ocupada, um anel em torno da mesma penedia, alcançando a praia, desfigurando a cidade, afastando o turismo e tornando insuportável (sic) as condições de vida dos bairros de Ipanema e Leblon”.

Este argumento influenciou as opiniões dos diversos grupos envolvidos e dividiu a posição das diferentes associações de moradores do bairro. Enquanto a Associação de Moradores do Leblon lutavam contra a construção do hotel e prédios residenciais projetados por Galdeano, a presidente da CAL (Comunidade do Alto Leblon) defendia o projeto, receando mais invasões. Também se opunham a ele a Associação de Moradores da Favela Chácara do Céu, por receio de desabamentos provocados pela chuva e de perder o acesso à favela pela rua Aperana e a área de lazer da comunidade, que ficava na propriedade do empresário; além do sindicato dos hotéis, por considerar a orla da Zona Sul já saturada de hotéis cinco estrelas.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Muitos destes temores concretizaram-se em parte nos anos seguintes. O projeto não saiu do papel, apesar do embate que durou quase 30 anos, com suspeitas de tentativas de corrupção de políticos e autoridades para sua aprovação. Alguns anos depois o setor hoteleiro multinacional conquistaria novas áreas na orla, e a luta pela preservação do cada vez mais escasso patrimônio natural e arquitetônico do Leblon continuaria.

Hoje, na encosta do morro Dois Irmãos, existe o parque Municipal Sérgio Bernardes, tutelado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), com uma área de 25,3 ha que abrange quatro bairros: Leblon, Gávea, Vidigal e Rocinha.

Foi criado pelo decreto municipal 11.850 de 21/12/1992 e projetado pelo arquiteto paisagista Fernando Chacel, inaugurado no final de 2000, e recebendo acabamentos no ano seguinte.

Conta com duas vias de acesso: a rua Aperana, no Alto Leblon, e a Cário Mário, que começa na estrada da Gávea. Oferece como atrativos uma trilha de 800m, ampla vista da orla através de mirantes no alto do morro, área de *play*, bancos e mesas, estacionamento para cerca de 40 carros.

E, com a expansão do morro do Vidigal (em São Conrado), a encosta do Dois Irmãos voltada para o mar tornou-se um prolongamento daquela favela, provavelmente ocupando o local de onde se tentara remover a antiga favela da Chácara do Céu. Ambas, sem dúvida, um dos “efeitos colaterais” mais visíveis do modelo urbanístico entronizado desde os primeiros anos do século passado.

Em 25.01.1991, elementos da orla do Leblon foram incluídos em tombamento provisório, por iniciativa do executivo estadual, do “conjunto urbano paisagístico formado pelas calçadas centrais e laterais e pelas espécies arbóreas ao longo das avenidas Vieira Souto e Delfim Moreira, entre o parque Garota de Ipanema e a avenida Visconde de Albuquerque” (Processo E-18/30.000.030/91, INEPAC

Ao longo da década de 1990, o Município tombou alguns imóveis isolados do bairro: o Grupo Integrado Magdalena Kahn-Gimk (Dec. 15003/96 de 29.07.1996), a residência de Leonel Miranda projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer (Lei 2677/98 de 18.09.1998 e Dec. 19.005/2000 de 05.10.2000), a residência de número 1165 da avenida Visconde de Albuquerque.

Mesma medida foi adotada para o “Mobiliário Urbano designado como Quiosque Baixo Bebê”, espécie de clube para crianças ao ar livre, criado pela proprietária de um quiosque da



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

avenida Delfim Moreira, uma curiosidade do bairro, como foi seu tombamento pela Lei 2856/99 de 26.08.1999.

Os estudos para a duplicação da avenida Niemeyer (iniciada em 1998), para desafogar o tráfego para São Conrado e Barra da Tijuca, preocuparam-se em não afetar a natureza, preservando o costão e sua vegetação. Foram preservados também o mirante do Leblon e a gruta da Imprensa.

A APAC do Leblon

O Decreto Municipal nº 20.300, de 27 de julho de 2001, criou a Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC do Leblon, estabelecendo critérios para a proteção do bairro e tombando vários imóveis considerados pelos técnicos como representantes de um padrão arquitetônico constante na área, constituindo assim documentos do início da ocupação efetivamente urbana (décadas de 1940 e 1950) do bairro.

Tais imóveis seriam reconhecidos pela população residente ou freqüentadora do Leblon como pontos referenciais. São, na grande maioria, edificações cujo gabarito varia de três a quatro pavimentos e com características arquitetônicas e construtivas (tipo de edificação, programa, solução de fachada) da melhor qualidade e típicas do Leblon. Construídas há mais de três décadas, constituem, ainda hoje, em exemplar opção de moradia. Além de manterem suas características originais, compõem a paisagem tradicional do bairro. Alguns foram tombados definitivamente: a escadaria existente na rua General Urquiza, o Jardim de Alah (inclusive as praças Almirante Saldanha da Gama, Grécia e Poeta Gibran), a praça Atahualpa e as pontes sobre o canal da avenida Visconde de Albuquerque.

Outros tiveram tombamento provisório. Segundo o artigo 4º, ficavam tombados provisoriamente, nos termos do art. 5º da Lei nº 166 de 27 de maio de 1980, o Cinema Leblon (av. Ataulfo de Paiva, 391/397 e rua Carlos Góes, 64), o Clube Monte Líbano, a fachada do Hotel Leblon (na avenida Niemeyer, 2), o antigo prédio da Companhia Distribuidora de Gás (CEG, na rua Almirante Guilhem, 421), além de dois imóveis residenciais, existentes na praça Baden Powel, 862, e na praça Almirante Belfort Vieira, 6.

Além destes, inúmeros imóveis existentes dentro dos limites da APAC (Anexo I) foram preservados. Controlava-se qualquer intervenção projetada quer em bens particulares, quer em espaços públicos.

A medida provocou acirradas reações. Contra ela colocaram-se os diversos setores que investem na área, notadamente o da construção civil; a favor dela ficaram os grupos preservacionistas, preocupados com o processo de descaracterização do bairro.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Os imóveis do bairro considerados de interesse para preservação apresentam um padrão constante na área e constituem-se em documentos do início da sua ocupação efetivamente urbana - as décadas de 1940 e 1950. Reconhecidos pela população como pontos referenciais, são, na grande maioria, edificações cujo gabarito varia de três a quatro pavimentos e com características arquitetônicas e construtivas (tipo de edificação, programa, solução de fachada) da melhor qualidade. Além de manterem suas características originais, compõem a paisagem tradicional do bairro.

Programa Rio-Cidade

O programa Rio-Cidade, realizado na primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1996), redesenhou alguns logradouros do Leblon. Tendo como objetivo estratégico “reverter o quadro de ‘desordem urbana’, o programa foi definido por seus autores como “ um ambicioso plano de obras voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhoria dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente, amparada em substancial criação de empregos (...), uma inadiável operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna ‘Cidade Maravilhosa’. Seu objeto preciso, as ruas *latu sensu*. Meta genérica a atingir: restituir aos cidadãos o direito à cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais”. Justifica o foco dado à reabilitação da rua pela sua “importância fundamental para o equilíbrio da vida social nas cidades”.

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) organizou concurso de projetos para 17 corredores de grande vitalidade comercial e cultural em 16 bairros da cidade. Grande parte dos projetos foram implantados, provocando diversos graus de aprovação e de crítica por parte da população em geral.

Para o Leblon, foi vencedor o projeto da Índio da Costa Arquitetura Ltda., sendo as obras executadas pela Estacon Engenharia S.A., em 1996. Avaliando que o bairro era poupado de tráfego de passagem intenso, e que nele se verificava o crescimento das atividades de lazer, os autores do programa Rio-Cidade fixaram como diretriz “reordenar o trânsito e ampliar as áreas reservadas para pedestres”.

Na avenida Ataulfo de Paiva, disciplinaram-se os estacionamentos e pontos de parada de ônibus e refez-se a pavimentação em pedras portuguesas. Nas esquinas, suaves rampas facilitam a travessia de idosos, gestantes, crianças e portadores de deficiência locomotora.

No cruzamento com a rua Afrânio de Melo Franco, o antigo desenho da caixa de rua, chanfrado a 45º nas esquinas, foi substituído pelo tradicional modelo em ângulo reto. A antiga “praça” de asfalto, assim, deu lugar a calçadas mais amplas, seguras e confortáveis.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Na praça Antero de Quental, foram mantidos os usos e reorganizados os espaços destinados a idosos e crianças. Cercou-se e rebaixou-se o *playground*, instalaram-se mesas de jogos e locais para exposição e venda de plantas; implantaram-se meios-fios em dois lances, mais seguros, elevando-se assim o nível das calçadas.

Especial atenção recebeu o projeto do novo mobiliário urbano, um dos itens mais importantes das intervenções realizadas. Postes de uso múltiplo foram instalados, assim como abrigos nas paradas de ônibus e iluminação diferenciada para a caixa de rua e calçadas.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Mauricio. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Expansão do espaço urbano. Revista Brasileira de Geografia, julho/setembro de 1901.

COSTA, Cássio. História dos Subúrbios – Gávea. Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara, s/d.

FRAHIA, Silvia, LOBO, Tiza & RIBAS, Martha (coord.). Ipanema e Leblon. Rio de Janeiro: FRAIHA, 2000. Col. Bairros do Rio.

GERSON, Brasil. A História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

GONZAGA, Alice, Palácios e Poeiras: 100 anos de cinema no Rio de Janeiro, RJ: Record: FUNARTE, 1996

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro: Record, 2000.

----- As administrações municipais e o desenvolvimento urbano in O Rio de Janeiro em seus 400 anos, RJ-SP, Guanabara, s/d



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1977.

Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas. IPLANRIO, Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
SEGADAS, Soares, Maria Therezinha de, Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro in Revista Brasileira de Geografia, julho/setembro de 1965.

FONTES DIVERSAS:

Cadernos J.B. do IV Centenário.

DGPC, Divisão de Cadastro e Pesquisa, Ficha Cadastral Clube Monte Líbano, 2003.

DGPC, Divisão de Cadastro e Pesquisa, Ficha Cadastral Hotel Leblon, 2003

Diário de Notícias 4/10/1975.

Estado de São Paulo (O), 13/4/1960.

Globo (O), 4/10/1975; 23/5/1988, 30/10/1989, 27/6/1996, 15/7/1997

Jornal do Brasil, 10/10/1978, 8/7/85, 9/9/1986, 25/6/1987, 14/10/1987, 15/4/1988, 8/11/1991, 19/5/1994, 20/7/1997.

Jornal Ipanema, fevereiro/1978.

Revista Beira-Mar, 25/06/1932.

Revista da Semana, maio/1941.

Rio Ilustrado, setembro/1940.

Sites da internet:

riodejaneiro@pcrj.rj.gov.br

Cinemas Severiano Ribeiro



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Estação do Leblon da Companhia Distribuidora de Gás (CEG)

“A palavra gás vem da expressão *geist*, que significa alma, e que o químico belga Jean Baptiste van Helmont empregou para denominar o corpo invisível que se desprendia de qualquer matéria em combustão.

O gás é alma; é energia.

Quando o consumidor, seja no lar, seja na indústria, se utiliza do gás ele está dispondo de uma porção de energia que se transformará em trabalho, fator de produção e progresso...” (Coronel Paulo Leitão de Almeida, diretor-presidente da CEG, na comemoração do 1º aniversário da estatização dos serviços de gás canalizado – 1970)

A Inglaterra foi o primeiro país a utilizar gás na iluminação pública e privada, em 1807, em sua capital. Nove anos mais tarde, as cidades americanas de Baltimore, Boston e Nova York adotaram este serviço. No Rio de Janeiro, as primeiras tentativas para sua introdução se fizeram ao longo da primeira metade do século XIX. Em 1828, um decreto imperial concedia a Antônio da



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Costa a autorização para organizar uma companhia de acionistas brasileiros e ingleses, com o fim de utilizar o gás na iluminação das ruas e logradouros públicos da cidade. Tal concessão, entretanto, não foi posta em prática. O mesmo destino tiveram algumas outras propostas apresentadas com o mesmo fim.

O sistema de iluminação pública por lampiões de azeite de peixe em postes, introduzido no final do século anterior, continuou a ser utilizado, enquanto a iluminação residencial era feita por meio de velas de cera e candeeiros de azeite.

Em 1850, entre outras propostas para a prestação do serviço de iluminação do Rio de Janeiro por meio do gás hidrogênio carbonado, o governo aceitou a proposta de Irineu Evangelista de Souza, futuro Visconde de Mauá.

Aprovado o contrato por Eusébio de Queirós, a 11 de março de 1851, obrigou-se Mauá a iluminar a gás de carvão uma área que compreendia Botafogo, seguindo pelo Caminho Novo (atual rua Marquês de Abrantes), largo do Machado, largo do Valdetaro (em frente ao Palácio do Catete), cais da Glória, rua da Lapa, rua do Passeio, largo da Ajuda (Cinelândia), rua e praia de Santa Luzia, largo e rua da Misericórdia, largo do Paço (praça Quinze de Novembro), rua Direita (1º de Março, Rua de Bragança (Conselheiro Saraiva), rua de São Bento, Prainha (Sacadura Cabral), até a esquina da rua da Imperatriz (Camerino) e todas as ruas e travessas entre essa linha e o mar. Depois até o Rossio da Cidade Nova (Praça 11), rua Formosa (Senador Caldwell), Mata Cavalos (Riachuelo), Santa Teresa (Joaquim Silva) até encontrar novamente a Lapa. Mauá criou a Companhia de Iluminação a Gás com capital inicial de 1 500 contos, conseguindo vender apenas a metade das ações.

Comprometia-se a instalar uma ou mais oficinas para a produção do gás, as canalizações gerais e as derivações para os bicos dos combustores, assim como os lampiões e candelabros. A luz seria equivalente a seis velas de cerca de seis libras; e o gás, para os particulares, fornecido durante o dia e a noite.

Em 1852, foi iniciada a construção do edifício da Fábrica de Gás, no caminho do Aterrado (hoje Presidente Vargas).

Em maio do ano seguinte, grande parte do material já tinha sido recebida e instaladas mais de 8 000 braças de canalizações, todas fundidas, assim como os lampiões de ferro, pela Companhia da Ponta da Areia, de propriedade do próprio concessionário.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Durante as instalações, a companhia teve de superar muitas dificuldades, como o receio da população de uma provável explosão dos gasômetros; a morte de vários mecânicos vitimados pela febre amarela, que dizimou milhares de habitantes da cidade, além de um temporal que dificultou o trabalho dos operários e destruiu algumas construções já concluídas.

O novo sistema de iluminação da cidade foi inaugurado a 25 de março de 1854, os primeiros lampiões a gás foram acesos, iluminando-se as ruas de São Pedro, Sabão (General Câmara), Rosário, Ouvidor, Direita (1º de março) e largo do Paço (Praça 15). O Rio de Janeiro era a primeira cidade brasileira a ser iluminada a gás. No mesmo dia, apareceram os acendedores de lampião, que percorriam as ruas da cidade ao anoitecer, para acende-los, e ao amanhecer, para apagá-los.

O novo serviço, além de trazer maior conforto para a população, implicou em mudanças de hábitos. O movimento do centro urbano aumentou: cafés, restaurantes e teatros começaram a ser mais freqüentados durante a noite, transformando por completo a vida pacata da Corte.

Uma comissão, nomeada no mesmo ano da inauguração do serviço, propôs sua instalação primeiramente nas ruas mais freqüentadas, e, para as de pouco movimento, a “suficiente para evitar o crime, ou distinguir-se o criminoso”. Certo é que a instalação do gás logo se expandiu por zonas fora do perímetro constante do contrato, tornando necessária a construção de novos gasômetros, um deles construído no terreno da fábrica, e inaugurado com grande pompa, em 1860, junto com o canal do Mangue (aberto por outra firma do mesmo Mauá).

Em 1861, o Decreto 2 747 determinava que a iluminação pública da Corte passava do Ministério da Justiça para o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Três anos depois, num quadro de crise comercial na cidade, de impossibilidade de expansão maior do serviço pela companhia e de prejuízos provocados por desastres, a assembléia de acionistas da CIG autorizava Mauá a vender a empresa a uma companhia de Londres.

A Rio de Janeiro Gas Company foi autorizada a funcionar no Brasil em 1865. A iluminação a gás se propagou para várias capitais de províncias, e o Rio de Janeiro contava com 5.069 lampiões, distribuídos pelos seus 189 quilômetros de ruas. A Fábrica do Aterrado foi ampliada, contando com três gasômetros e diversas oficinas. Em 1874, destilou cerca de 25.000 toneladas de carvão para a produção do gás para a iluminação pública, repartições governamentais e residências. É interessante notar que 10.000 residências particulares já consumiam gás.

Pouco a pouco, ia-se empregando o gás também no aquecimento. Os fogões a lenha e o carvão iam, muito lentamente, sendo substituídos pelos fogões a gás.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Os subúrbios cariocas só seriam beneficiados com o serviço de iluminação a gás em 23/09/1877, explorado por Cláudio José da Silva, cujo contrato previa a utilização de “... globe-gas extraído do óleo de nafta, pelo processo denominado ‘eolypilo’”, comprometendo-se a instalar “combustores apropriados em substituição dos 633 lampiões existentes na iluminação a azeite, e, bem assim, a aumentar ou diminuir a área da iluminação, conforme determinar o Governo” (cláusula 1).

Em 1879, o governo determinou que se abrisse concorrência, nas praças da Europa e dos Estados Unidos, para a iluminação pública e particular da cidade. No mesmo ano, o gás para iluminação passou a sofrer concorrência da energia elétrica, quando um decreto concedeu a Thomas A. Edison o privilégio para a introdução de seu invento no Brasil.

Em 1883, nova concorrência tinha como condição, entre outras, a utilização de gás extraído preferencialmente de substância produzida no Brasil ou de luz elétrica. No ano seguinte saiu vencedor o industrial francês residente no Rio de Janeiro Henri Brianthe, que organizou, na Bélgica, a *Société Anonyme du Gas do Rio de Janeiro*. O contrato estabelecia a divisão da área de iluminação em três distritos e o prazo do privilégio de 29 anos. Em 1886, a Rio de Janeiro Gas Company entregou à SAG a fábrica de gás e suas dependências. Dois novos gasômetros seriam construídos, iniciou-se a substituição dos lampiões de gás Globe e a cidade chegou a ter um total de 9.300 lampiões a gás corrente.

Em 1887, a empresa teve como concorrente a Companhia Força e Luz, uma curta e frustrada tentativa de introduzir aqui o sistema Julien de acumuladores elétricos, utilizado em transportes urbanos e na iluminação (25% mais barata que o gás). Ela se restringiu a um teatro e algumas casas comerciais, além dos edifícios dos Correios e da Biblioteca Nacional. Com sua liquidação a SAG continuou como única concessionária da iluminação pública e particular no Rio de Janeiro.

A cidade continuava, em 1890, dividida em três distritos para a iluminação: cidade (com três gasômetros), Botafogo (com um) e Vila Isabel (com um). Os combustores somavam mais de dez mil e 14.236 prédios possuíam instalações a gás. Nesta década a SAG promoveu a primeira exposição de fogões e aquecedores a gás para divulgar o novo uso do gás, já implantado nas principais cidades européias e americanas.

Bem acatados no início, em 1898 as vendas destes equipamentos sofreram decréscimo, o mesmo acontecendo com o consumo do gás, reflexo da crise econômica vivida pela população. Assim, a SAG iniciou o novo século em situação desesperadora.



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Em 1904, o fornecimento de gás passou a ser explorado pela empresa canadense The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd., que teria papel importante a partir da gestão Pereira Passos (1902-1906), encarregada também dos serviços de fornecimento de energia elétrica, telefone e transportes na cidade.

A primeira fase, a do gás de carvão, iniciada em 1854, terminou somente em 1970, quando passa a ser empregado o gás manufaturado de nafta, um derivado leve do petróleo.

Em 1980, teve início a terceira fase com a introdução, no Rio de Janeiro, do gás natural, descoberto na bacia de Campos, neste estado (a primeira descoberta deste tipo de gás ocorrera na Bahia, em 1947, quando passou a ser utilizado em indústrias locais). No final da década de 1980, foi lançado o programa Plangás para difundir seu uso em transporte, propondo-se mesmo a substituir o óleo diesel no transporte coletivo.

Logicamente cada fase implicou em mudanças tecnológicas e na ampliação dos recursos necessários para o fornecimento de gás, além de refletir a expansão da área alcançada por este serviço, à medida que se expandia a própria cidade.

Na década de 1950, o então Distrito Federal contava com 26 gasômetros, onze deles no Leblon (cada um com capacidade para 1615 m³ de gás), seis em Botafogo, três na rua Piauí, um no Mangue, quatro na Fábrica de Gás, e um em Vila Isabel.

Objeto desta ficha cadastral, a Estação do Leblon foi construída em 1956, na rua Almirante Guilhem nº 421, com uma área de 4015 m². Sua capacidade de armazenagem era de 15 820 m³ em 11 gasômetros de alta pressão de tipo “Zepellin” horizontal. A armazenagem do gás nestes gasômetros se processava por meio de compressores, que recebem o gás através do encanamento geral da Distribuição, para depois comprimi-lo para dentro dos gasômetros, a fim de ser liberado nas horas de maior consumo – como uma espécie de pulmão regulador.

Localizada numa área extremamente valorizada nas últimas décadas, a estação foi alvo de campanhas por sua desativação. Em 2003, foi concluída a conversão para gás natural nos bairros do



Individual	Companhia Distribuidora de Gás (CEG)	
Endereço: Rua Almirante Guilhem, 421		Nº de ARQUIVO:
A.R: VI	Bairro: Leblon	

Leblon, Gávea, Jardim Botânico e Ipanema começando-se, então, a desativar a estação, que armazenava, na época, 7 700 m³ de gás manufaturado.

Aqueles bairros e parte de Copacabana (Posto 6) eram anteriormente abastecidos por gás manufaturado, precisando, por isso, da estação para manter a confiabilidade do sistema. O serviço de desmontagem foi efetuado pela própria CEG e existe, atualmente, projeto de construção de um conjunto de prédios residenciais de luxo, no terreno da antiga estação, no qual será dado novo uso ao prédio em questão.